

ARTIGO ORIGINAL

Comportamentos, Atitudes e Práticas de Mulheres Trabalhadoras do Sexo em Relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis

Sione Macedo da Cunha¹, Gardênia Monteiro Batista², Daniela Bassi Dibai³, Adriana Sousa Rêgo⁴, Wellyson da Cunha Araújo Firmo⁵, Amanda Silva dos Santos Aliança⁶

Destaques:

- (1) As TS têm entre 18 e 30 anos, declaram-se pardas e solteiras, com dependentes e não estudam.
- (2) Usam nome social, atuam em boates e relatam ter relações sexuais com homens e mulheres.
- (3) Não conhecem as estratégias de prevenção combinada, as intervenções biomédicas e os CTAs.

RESUMO

Objetivo: identificar o comportamento, atitudes e práticas de trabalhadoras do sexo em relação às infecções sexualmente transmissíveis. **Métodos:** Estudo descritivo realizado com trabalhadoras do sexo, aplicando-se o questionário da Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira, de forma adaptada. A amostra foi composta de trabalhadoras que aceitaram participar da pesquisa. **Resultados:** Participaram 182 trabalhadoras do sexo, a faixa etária de 18 a 30 anos foi a mais prevalente, naturais e residentes em São Luís, cor parda, solteiras e com dependentes, com Ensino Médio incompleto, usam nome social e trabalham em boates. Não usaram preservativo na primeira relação sexual. A maioria sabe o que são infecções sexualmente transmissíveis e conhece as formas de transmissão. Um número pequeno conhece os Centros de Aconselhamento e Testagem, a Profilaxia Pré-exposição e a Profilaxia Pós-exposição. **Conclusão:** tais conhecimentos possibilitam o planejamento de ações e políticas públicas para essa população.

Palavras-chave: infecções sexualmente transmissíveis; profissionais do sexo; conhecimentos, atitudes e prática em saúde; políticas públicas de saúde.

¹ Universidade Ceuma. São Luís/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6422-4087>

² Universidade Ceuma. São Luís/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1874-5225>

³ Universidade Ceuma. São Luís/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6140-0177>

⁴ Universidade Ceuma. São Luís/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2494-030X>

⁵ Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6979-1184>

⁶ Universidade Ceuma. São Luís/MA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1412-9895>

INTRODUÇÃO

As trabalhadoras do sexo (TS) são mulheres, na sua maioria adultas, que trocam de forma consensual sexo por dinheiro, bens, objetos ou serviços. O cotidiano trabalho das mulheres em situação de prostituição é marcado pela atuação em diferentes locais, o que resulta em mudança constante entre as cidades, e ausências de direitos trabalhistas, precárias condições de higiene e nas indisponibilidades dos insumos inerentes ao trabalho¹.

Pesquisas de anos anteriores voltadas ao segmento populacional-chave já apontavam alta prevalência de infecções pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (*Human immunodeficiency vírus*, HIV), sífilis, hepatites virais e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) comparadas à população em geral e relaciona à contaminação dessas pessoas ao seu contexto de vida social e estrutural e entre esses segmentos as trabalhadoras do sexo possuem 13 vezes mais chances de contrair o HIV em comparação a outras populações².

As trabalhadoras do sexo sempre estiveram inseridas nas campanhas da saúde pública, vinculadas às ações preconceituosas, que associavam suas práticas ao risco das ISTs/Aids. Esse preconceito em relação a elas, presente na nossa sociedade desde os tempos remotos, interfere no atendimento dos profissionais de saúde em sua prática. Por medo ou vergonha, as trabalhadoras do sexo acabam por desistir de comparecer ao serviço de saúde para usufruir de seus direitos como mulher³.

Em relação aos riscos de saúde aos quais as profissionais do sexo se expõem na condição que ocupam é imprescindível o papel do profissional de saúde, expandindo sua assistência, gerando ações educativas, estabelecendo programas de prevenção de ISTs/Aids, promovendo assim a inclusão social dessas profissionais, estimulando-as a frequentarem os serviços de saúde, melhorando a sua qualidade de vida⁴.

Tendo em vista que pesquisas com o público das trabalhadoras são escassas no município de São Luís e levando em conta que o risco de adquirir ISTs sofre influência de fatores comportamentais, biológicos e do contexto de trabalho dessas mulheres faz-se importante estudo aprofundado para retratar o contexto de todas as variáveis que amplia as vulnerabilidades dessas profissionais.

O objetivo da pesquisa foi identificar o comportamento, atitudes e práticas nas trabalhadoras do sexo em relação às ISTs.

MÉTODOS

Tratou-se de um estudo descritivo, de corte transversal realizado com trabalhadoras do sexo (TSs). A pesquisa foi realizada em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) “Por Elas Empoderadas”. A “Por Elas Empoderadas” é um coletivo de mulheres em suas adversidades (mulheres cisgênero e lésbicas), o qual faz parte do colegiado Rede Brasileira de Prostitutas e atualmente possui 1.100 trabalhadoras do sexo cadastradas.

Participaram da pesquisa trabalhadoras do sexo atuantes nas áreas mapeadas, com experiência voltada para atividade da prostituição em variados espaços e situações com ou sem intermediários, assistidas ou não nos serviços de saúde.

Quanto aos critérios da inclusão, participaram do estudo mulheres maiores de 18 anos que trocam sexo por dinheiro pelo menos há seis meses, caracterizando a atividade de prostituição. Foram excluídas da pesquisa trabalhadoras do sexo que não estão ativamente exercendo a prostituição.

Para a coleta dos dados foram feitas agendas junto com o Coletivo Por Elas Empoderadas em parceria com profissionais de saúde de referência para Prevenção Combinada ISTS/Aids e Hepatites Virais, nas áreas mapeadas, como bares, boates e pistões de prostituição, o que possibilitou o acesso direto às trabalhadoras do sexo. No momento da abordagem e explicação da pesquisa, as participantes foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes no início da aplicação do questionário.

Às trabalhadoras foi aplicado o questionário adaptado da Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP), instrumento do Ministério da Saúde⁵. O questionário aplicado possui 62 questões, em sua grande maioria questões fechadas. É organizado em três partes: Informações sociodemográficas, com 11 questões (das quais duas abertas – município de residência e naturalidade); Informações sobre comportamentos e práticas, apresentando 21 questões fechadas; Informação sobre conhecimentos e atitudes, com 30 questões também fechadas. O questionário foi aplicado apenas pelo pesquisador principal.

Foi realizada uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas para definição do perfil epidemiológico da população em estudo. Os dados foram apresentados na forma de números absolutos e relativos. Os dados coletados foram analisados pelo programa Excel.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Ceuma, mediante parecer consubstanciado número 5.257.810. Todos os preceitos éticos foram seguidos.

RESULTADOS

A caracterização sociodemográfica das 182 trabalhadoras do sexo está representada na Tabela 1. Quando analisada a faixa etária das participantes, observou-se que 71% (n=130) das trabalhadoras do sexo apresentavam-se na faixa de 18 a 30 anos. Foi observado predominância de trabalhadoras do sexo que relatam ser da cor parda (48%, n=88); a maior parte referiu ser solteira (64%, n=116); 13% (n=24) vive com companheiro e 79% das trabalhadoras do sexo (n=144) relataram ter dependentes.

Quanto ao grau de escolaridade, foi referido por 40% (n=72) das trabalhadoras do sexo têm Ensino Médio incompleto e 82% (n=150) delas não estudam mais (Tabela 1). Com relação à naturalidade, 34% (n=61) declararam ser de São Luís. Sobre o município de residência, 37% residem em São Luís e 40% em outros Estados.

Tabela 1 – Características sociodemográficas das trabalhadoras do sexo do Coletivo por Elas Empoderadas do município de São Luís, Maranhão, 2022

Variáveis	n	%
Faixa etária (anos)		
18 a 30	130	71
31 a 40	34	19
41 a 50	15	8
51 a 60	3	2
Cor/raça		
Parda	88	48
Branca	50	27
Preta	36	20
Amarela	4	2
Indígena	4	2

Estado conjugal		
Solteira	116	64
Vive com companheiro	24	13
Casada	23	13
Já viveu com companheiro	10	5
Separada ou divorciada	9	5
Possui dependentes		
Sim	144	79
Não	38	21
Grau de escolaridade		
Ensino Médio incompleto	72	40
Ensino Médio completo	56	31
Ensino Fundamental incompleto	34	19
Ensino Fundamental completo	17	9
Analfabeto	3	2
Estuda atualmente		
Não	150	82
Sim	32	18
Naturalidade		
São Luís	61	34
Outro Estado	58	32
Outro município do Maranhão	48	26
Região Metropolitana de São Luís	15	8
Município de residência		
São Luís	68	37
Outras Cidade do Estado Maranhão	21	12
Raposa	10	5
São José de Ribamar	5	3
Paço do Lumiar	5	3
Outro Estado	73	40

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 2 estão descritas as informações referentes às características de atuação das trabalhadoras do sexo. Pode-se observar que a maioria, 79% (n= 143), usa nome social e em relação ao campo de atuação 41% (n=75) das 182 trabalhadoras do sexo atuam em boates. Foi verificado também que 71% (n=130) das trabalhadoras do sexo afirmam ter relações sexuais tanto com homens quanto com mulheres. Ainda sobre as práticas sexuais, 69% (n= 125) afirmam não terem usado preservativo na primeira relação sexual; 91% (n=166) afirmam usar preservativos em todas as relações sexuais. Sobre os tipos de prática 72% (n=131), praticam sexo anal, oral e vaginal. Também relataram que recebem dinheiro em todas as relações sexuais (97%, n=178) e que possuem cliente fixo (78%, n=142).

Tabela 2 – Comportamento e práticas sexuais das trabalhadoras do sexo do Coletivo por Elas Empoderadas do município de São Luís, Maranhão, 2022

Variáveis	n	%
Usa nome social		
Sim	143	79
Não	39	21

Campo de atuação		
Boates	75	41
Pistões	51	28
Bares	48	26
Sites	7	4
Porto	1	1
Tipos de parceiros sexuais		
Homens e mulheres	130	71
Homens	34	19
Homens, mulheres e trans	18	10
Mulheres	0	0
Usou preservativo na primeira relação sexual		
Sim	57	31
Não	125	69
Usa preservativo em todas as relações sexuais		
Sim	166	91
Não	16	9
Tipos de práticas		
Anal, oral, vaginal	131	72
Somente vaginal	47	26
Somente anal	4	2
Recebem dinheiro em todas as relações sexuais		
Sim	178	97
Não	4	3
Tem cliente fixo		
Sim	142	78
Não	40	22

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ainda em relação ao comportamento e práticas sexuais, 54% (n=98) delas já atuam como trabalhadoras do sexo entre 2 e 5 anos, observando-se que 56,4% (n=102) fazem, em média, cinco programas por dia. Das que têm acesso a preservativos, 63% (n=115) relataram receber no posto de saúde, 36% (n=65) compram em farmácias; 2% (n=3) delas comentaram não ter acesso aos preservativos; 95% (n=173) conhecem gel lubrificante. Ao questionar sobre drogas lícitas e ilícitas, 78% (n=142) fazem uso de álcool e 72% (n=131) ou fez ou fazem uso de drogas. Das trabalhadoras do sexo que fazem uso de drogas ou já fizeram uso em algum momento, 3% (n=6) já compartilharam seringa e 4% (n=7) não quiseram responder (dados não mostrados).

Quanto à assistência à saúde, detectou-se que 39% (71) das trabalhadoras do sexo foram ao médico há mais de 1 ano, 71% (n=130) buscaram assistência médica para fazer *checkup*. Boa parte dessas trabalhadoras do sexo procuraram ajuda em Unidades Básicas de Saúde (45%, n=82), das quais 88% (n= 160) foram para consulta ginecológica e 75% (n=136) fizeram o Papanicolau; 26% (n=47) fizeram o preventivo há 6 meses (Tabela 3).

Tabela 3 – Informações sobre assistência à saúde das trabalhadoras do sexo do Coletivo por Elas Empoderadas do município de São Luís, Maranhão, 2022

Variáveis	n	%
Quando foi a última vez que foi ao médico		
Há mais de um ano	71	39
Não lembra	50	27
Entre 15 dias a um mês	48	26
Ha menos de 2 semanas	13	7
Por qual motivo você precisou consultar		
Consulta de <i>checkup</i>	130	71
Não lembra	46	25
Doença Sexualmente Transmissível	6	3
Onde procurou atendimento médico		
Unidade Básica de Saúde	82	45
Consultório particular	46	25
Não procurou	47	2
Unidade de Referência	7	4
Fez consulta ginecológica		
Sim	160	88
Não	22	12
Já fez Papanicolau		
Sim	136	75
Não	46	25
Tempo que fez o preventivo		
Não soube responder	75	41
1 ano	60	33
6 meses	47	26

Fonte: Elaborada pelos autores.

A avaliação sobre os conhecimentos em relação às imunizações na prevenção de IST é evidenciada na Tabela 4. Em relação à imunização 52% (n=94) afirmaram participar de campanhas, 80% (n=145) foram vacinadas na prevenção da Covid-19, menos da metade da população-alvo se vacinou contra a Hepatite B (49%, n=89) e apenas 17% (n=31) se vacinaram contra o HPV. Em relação ao entendimento sobre a IST, 96% (n=174) sabem do que se trata, 75% (n=136) conhecem as formas de como é transmitida, 17% (n=31) já tiveram alguma IST e 53% (n=96) têm conhecimento de seu estado sorológico para HIV/ Sífilis/ HVB/ HCV.

Tabela 4 – Conhecimentos e atitudes das trabalhadoras do sexo do Coletivo por Elas Empoderadas do município de São Luís a respeito imunizações na prevenção de IST, Maranhão, 2022

Variáveis	n	%
Conhecimento sobre imunizações		
Participou de campanhas	94	52
Vacinada contra Covid-19	145	80
Vacinada contra Hepatite B e C	89	49
Vacinada contra HPV	31	17

Conhecimento sobre IST

Sabe o que é IST	174	96
Conhece as formas de transmissão	136	75
Já teve IST	31	17
Conhece seu estado sorológico para HIV, Sífilis, HBV, HCV	96	53

Conhecimentos e práticas

Conhece os serviços de referência	27	15
Frequentou o CTA	34	19
Conhece PEP	20	11
Conhece PrEP	4	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto aos conhecimentos sobre os serviços de referências, apenas 15% (n=27) das mulheres têm conhecimento, 19% (n=34) já frequentaram o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Em relação a Profilaxia pós-exposição de risco (PEP), 11% (n=20) das mulheres têm conhecimento (consiste no uso de medicamentos ou imunológicos para reduzir o risco de adquirir essas infecções) e apenas 2% (n=4) da população estudada tem conhecimento sobre a profilaxia pré-exposição (PrEP) (Tabela 4).

DISCUSSÃO

Neste artigo foram apresentadas características das Trabalhadoras do Sexo (TS) da capital do Estado do Maranhão, São Luís, sobre os comportamentos, atitudes e práticas em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Em um trabalho realizado com mulheres trabalhadoras do sexo em 12 capitais brasileiras, os autores encontraram uma prevalência de mulheres jovens, não brancas, com Ensino Fundamental incompleto, além de rendimento mensal de até R\$ 500,00, dados que foram similares aos encontrados no presente estudo⁶.

O baixo nível de escolaridade, as dificuldades financeiras ou a pobreza absoluta compõem os obstáculos para a integração das trabalhadoras do sexo no mercado de trabalho. Para aquelas que pertencem às classes mais baixas, as perspectivas de mudança de atividade ainda são menos viáveis em virtude da baixa escolaridade e da ausência de qualificação profissional⁷.

No trabalho de Braga, Szwarcwald e Damacena⁶, foi observado que nas capitais Campo Grande, Brasília e Belo Horizonte, foram recrutadas trabalhadoras do sexo com grau de escolaridade mais alto e renda mensal mais elevada, e que trabalhavam em locais fechados, dados similares aos que foram encontrados no presente trabalho, no qual a maior porcentagem atua em boates. Tal fato pode estar ligado a um público com maior renda e que busca um padrão de mulheres considerado mais bonito.

O presente trabalho verificou que a maioria das trabalhadoras do sexo tinha como parceiros ambos os sexos. A multiplicidade de parceiros sexuais, assimetria nas relações entre mulheres e homens, dogmas religiosos e implicações morais expõem o público feminino às ISTs e, concomitantemente, acentua a vulnerabilidade das mulheres⁸.

Kolling, Oliveira e Merchan-Hamann⁹ avaliaram os fatores associados ao conhecimento e utilização de estratégias de prevenção de HIV entre mulheres trabalhadoras do sexo em 12 cidades brasileiras e verificaram que a maioria delas teve acesso a preservativos masculinos e que 69% nunca fez uso do preservativo feminino, mesmo que 33,5% das entrevistadas afirmem ter acesso a ele.

O preservativo é considerado mundialmente uma das melhores formas preventivas de evitar doenças sexualmente transmissíveis e, conseqüentemente, a proteção do indivíduo de contrair o

vírus do HIV, mas atualmente contamos com várias estratégias de prevenção combinadas que juntas formam um conjunto de estratégias de prevenção (imunização, testagens rápidas para HIV, Sífilis, Hepatites B e C, redução de danos, profilaxia pós e pré-exposição, diagnosticar e tratar as ISTs e HIV) para evitar contrair infecções sexualmente transmissíveis. De forma geral, a porcentagem apresentada pela literatura quanto ao uso do preservativo por mulheres está bem abaixo do esperado. A maioria das mulheres refere não usar o preservativo durante a relação sexual, mesmo tendo consciência do risco e do conhecimento sobre contrair doença.¹⁰

As trabalhadoras do sexo apresentam dificuldades de negociação quanto ao uso do preservativo com o companheiro, evidenciando que fica a cargo do homem tomar a iniciativa quanto ao uso da medida protetiva, muitas vezes justificada com base nas relações de confiança com o companheiro¹¹. Tais situações ilustram a forma como as mulheres deixam a decisão de preservação de suas vidas a cargo do homem¹².

Um fator que vulnerabiliza as trabalhadoras do sexo às ISTs é o uso de drogas injetáveis, com compartilhamento de seringas. Conforme West et al.¹³, na maioria das vezes o compartilhamento ocorre com os próprios clients, prática que, em muitos casos, pode predispor essas mulheres a uma dependência à droga utilizada.

Estudo realizado por Servin et al.¹⁴ com 90 mulheres trabalhadoras do sexo destaca que 72,2% da amostra se submetia ao sexo vaginal e 42,2% ao sexo anal sem preservativo por uma quantia satisfatória paga pelo cliente. Benzaken et al.¹⁵ ressaltam que muitas vezes a maior “vulnerabilidade” ao HIV/Aids ocorre devido às necessidades financeiras. As trabalhadoras do sexo recebem propostas que, para elas, são irrecusáveis. Clientes oferecem mais dinheiro para que os “programas” sejam realizados sem o uso de preservativos e estas, muitas vezes, aceitam praticar sexo oral desprotegido¹⁶.

Entre os estudos mais importantes sobre situação de maior vulnerabilidade, foram realizados nos anos de 2007, 2010 e 2016, em dez capitais brasileiras, com trabalhadoras do sexo, homossexuais e outros Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), travestis e mulheres transexuais¹⁷ – denominadas como pesquisas *Respondent Driven Sampling* (RDS). Todos eles reproduziram altas prevalências de HIV e de sífilis nesses segmentos, além de dados sobre hepatites virais e informações sobre uso de álcool e outras drogas, com a inclusão da variável raça/cor e da percepção sobre risco, violência e discriminação, os quais resultam em barreiras de acesso para essas populações¹³.

Outros estudos comprovam que o uso de drogas e a prostituição estão estreitamente ligados, na medida em que o primeiro possibilita a entrega do corpo como mercadoria, isentando a mulher de um aprofundamento reflexivo¹⁸. A droga impõe-se por seu poder medicamentoso: para poder aguentar os imperativos que a prostituição lhe proporciona¹⁹.

De acordo com os autores Villela e Monteiro²⁰, a associação entre prostituição e aquisição de IST pode ser compreendida pelas profissionais do sexo e influenciar na percepção acerca do cuidado de si e na busca por atendimento na Atenção Primária de Saúde (APS). Estudos identificam que os acessos das trabalhadoras do sexo aos serviços de saúde estão relacionados com a ocorrência de gestações não planejadas, realização do exame preventivo do colo uterino, busca por métodos anticonceptivos e exames de rotina e, especialmente, cuidar do corpo como instrumento de trabalho²¹.

Um dado importante que foi observado no presente trabalho é que mesmo sabendo a respeito de como acessar os serviços de saúde, tendo informações sobre as formas de transmissão e como evitar ISTs, apenas metade das trabalhadoras do sexo sabem seu estado sorológico.

Fatores associados ao menor conhecimento sobre estratégias biomédicas da prevenção combinada PEP e PrEP estão relacionados à dificuldade de acesso à informação, não vinculação a um serviço de saúde e revelação de sua atividade laboral. De maneira geral, as trabalhadoras do sexo não têm conhecimento suficiente sobre PEP e PrEP a ponto de usufruir de seus benefícios⁹.

Podemos citar como limitação do estudo o acesso ao público-alvo. Mesmo com a participação direta do Coletivo Por elas Empoderadas em facilitar o acesso e a comunicação, as profissionais do sexo por todo o estigma vivido por elas muitas por muitas vezes não queriam participar das ações e se mostraram arredias/alheias à abordagem da pesquisadora.

CONCLUSÃO

O presente estudo avaliou os comportamentos, atitudes e práticas de mulheres trabalhadoras do sexo do município de São Luís/MA. As trabalhadoras do sexo estudadas estavam na faixa etária de 18 a 30 anos, de cor parda, solteiras, com dependentes, com Ensino Médio incompleto. Com relação ao comportamento e práticas, atuam principalmente em boates, têm relações sexuais com homens e mulheres, afirmaram usar preservativo, praticam sexo anal, oral e vaginal. As trabalhadoras do sexo informaram saber sobre IST, mas observou-se também que elas não conhecem as estratégias de prevenção combinada, as intervenções biomédicas (PreP e PEP) e os serviços de referência.

Diante do observado, o estímulo ao desenvolvimento de ações que visem a uma maior inserção das trabalhadoras do sexo na Atenção Primária à Saúde o enfrentamento da discriminação incluído redução em níveis voltados para saúde e opinião pública considerando as diferentes situações, realidades e singularidades dessas mulheres trabalhadoras do sexo.

AGRADECIMENTOS

A Organização Não Governamental (ONG) “Coletivo Por Elas Empoderadas” e as trabalhadoras do sexo que se dispuseram a fazer parte dessa pesquisa, diante de tantos preconceitos, foram fiéis aos seus preceitos e com respeito foram entrevistadas e com respeito foram acolhedoras .

REFERÊNCIAS

- ¹ Brasil MDSS de V em SD de V Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Prevenção Combinada do HIV/Bases conceituais para profissionais, trabalhadores(as) e gestores(as) de saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Published on-line 2017. Acesso em: 30 abr. 2024. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_estrategica_ampliacao_cuidado_integral_populacoes_chave.pdf
- ² Unaid. Unaid’s key takeaways from the 78th United Nations General Assembly. Published 2018. Accessed 30 abr. 2024. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/pressreleaseandstatementarchive/2023/september/20230929_key-takeaways-from-unga78
- ³ Saraiva LSD. O serviço de atenção básica como o “terreiro” da casa: lugar, gênero e sexualidade nas práticas de saúde em hiv/aids em um contexto interiorano. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2019.
- ⁴ Santana TC. Enfermagem frente ao diagnóstico de AIDS/HIV na terceira idade para uma abordagem holística do panorama atual; 2021.
- ⁵ Brasil. Prevenção e controle das infecções sexualmente transmissíveis, do hiv/aids e das hepatites virais. Relatório de Monitoramento Clínico Do HIV. Published *on-line*, 2016.
- ⁶ Braga LP, Szwarcwald CL, Damacena GN. Caracterização de mulheres trabalhadoras do sexo em capitais brasileiras, 2016. *Epidemiol e Serviços Saúde*. 2020;29(4). DOI: 10.5123/S1679-49742020000400002
- ⁷ Moura ADA, Oliveira RMS de, Lima GG de, Farias LM, Feitoza AR. O comportamento de prostitutas em tempos de aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? *Texto Contexto – Enferm*. 2010;19:545-553. DOI: 10.1590/S0104-07072010000300017
- ⁸ Nascimento VB do, Martins NV do N, Ciosak SI, et al. Vulnerabilidades de mulheres quilombolas no interior da Amazônia às infecções sexualmente transmissíveis: um relato de experiência. *IJHE – Interdiscip J Health Educ*. 2017;2(1). DOI: 10.4322/ijhe.v2i1.287

- ⁹ Kolling AF, Oliveira SBD, Merchan-Hamann E. Fatores associados ao conhecimento e utilização de estratégias de prevenção do HIV entre mulheres trabalhadoras do sexo em 12 cidades brasileiras. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2021;26(8):3053-3064. DOI: 10.1590/1413-81232021268.17502020
- ¹⁰ Duarte MTC, Parada CMG de L, Souza L do R de. Vulnerabilidade de mulheres vivendo com HIV/Aids. *Rev Lat Am Enfermagem*. 2014;22:68-75. DOI: 10.1590/0104-1169.2837.2377
- ¹¹ Paiva CCN de, Caetano R, Saldanha BL, Penna LHG, Lemos A. Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. *Rev APS*. 2019;22(1). DOI: 10.34019/1809-8363.2019.v22.16675
- ¹² Silva CM, Oliveira VS de, Claro HG, Vargens OM da C. Interação social de mulheres com exposição ao HIV/AIDS: um modelo representativo. *Texto Contexto – Enferm*. 2022;31:e20210149
- ¹³ West BS, Abramovitz D, Staines H, et al. Predictors of Injection Cessation and Relapse among Female Sex Workers who Inject Drugs in Two Mexican-US Border Cities. *J Urban Health Bull N Y Acad Med*. 2016;93(1):141-154. DOI: 10.1007/s11524-015-9995-7
- ¹⁴ Servin AE, Reed E, Brouwer KC, et al. Motherhood and Risk for Human Immunodeficiency Virus/Sexually Transmitted Infections Among Female Sex Workers in the Mexico-US Border Region. *Sex Transm Dis*. 2017;44(8):477-482. DOI: 10.1097/OLQ.0000000000000634
- ¹⁵ Benzaken AS, Sabidó M, Brito I, et al. HIV and syphilis in the context of community vulnerability among indigenous people in the Brazilian Amazon. *Int J Equity Health*. 2017;16(1):92. DOI: 10.1186/s12939-017-0589-8
- ¹⁶ Iaisuklang MG, Ali A. Psychiatric morbidity among female commercial sex workers. *Indian J Psychiatry*. 2017;59(4):465. DOI: 10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_147_16
- ¹⁷ Brasil MDSS de V em SD de V Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Agenda estratégica para ampliação do acesso e cuidado integral das populações-chave em HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis. Published on-line, 2018. Acesso em: 30 abr. 2024. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_estrategica_ampliacao_cuidado_integral_populacoes_chave.pdf
- ¹⁸ Ganju D, Patel SK, Prabhakar P, Adhikary R. Knowledge and exercise of human rights, and barriers and facilitators to claiming rights: a cross-sectional study of female sex workers and high-risk men who have sex with men in Andhra Pradesh, India. *BMC Int Health Hum Rights*. 2016;16(1):29. doi:10.1186/s12914-016-0102-2
- ¹⁹ Shi L, Wang L, Jia X, et al. Prevalence and correlates of symptoms of post-traumatic stress disorder among Chinese healthcare workers exposed to physical violence: a cross-sectional study. *BMJ Open*. 2017;7(7):e016810. DOI: 10.1136/bmjopen-2017-016810
- ²⁰ Wilza Vieira Villela, Monteiro S. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. Published online 2015. Acesso em: 30 abr. 2024. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742015000300019&lng=pt&nrm=iso
- ²¹ Belém JM, Alves MJH, Pereira EV, Maia ER, Quirino G da S, Albuquerque GA. Prostituição e saúde: representações sociais de enfermeiros/as da Estratégia saúde da Família. *Rev Baiana Enfermagem*. 2018;32. DOI: 10.18471/rbe.v32.25086

Submetido em: 23/8/2023

Aceito em: 13/5/2024

Publicado em: 31/10/2024

Contribuições dos autores:

Sione Macedo da Cunha: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Redação do manuscrito original.

Gardênia Monteiro Batista: Curadoria de dados.

Daniela Bassi Dibai: Redação – revisão e edição.

Adriana Sousa Rêgo: Redação – revisão e edição.

Wellyson da Cunha Araújo Firmo: Redação – revisão e edição.

Amanda Silva dos Santos Aliança: Conceituação, Administração do projeto, Supervisão, Redação – revisão e edição.

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: Não há conflito de interesse.

Não possui financiamento.

Autor correspondente

Amanda Silva dos Santos Aliança

Universidade Ceuma

Campus Renascença. Rua Josué Montello, nº 1, Renascença II. CEP 65.075-120. São Luís/MA, Brasil.

amanda.alianca@ceuma.br

Editora: Dra. Christiane de Fátima Colet

Editora-chefe: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

